

# CARLOS DE CAMPOS, EXPRESSIVA FIGURA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Penúltimo presidente do Estado de São Paulo na chamada "Primeira República" ou "República Velha", Carlos de Campos assinalou sua passagem pela política e pela administração com atributos que lhe grangearam a simpatia e o reconhecimento do povo paulista, como pretendemos demonstrar nesta ligeira exposição de sua vida e obra. Aliás, teve a quem sair, pois seu pai, Bernardino de Campos, foi uma das maiores figuras da nossa história republicana, tendo presidido por duas vezes o nosso Estado, em administrações até hoje lembradas. Mineiro de Pouso Alegre, viveu, contudo, a maior parte de sua vida em São Paulo e em Campinas, onde nasceu seu filho Carlos, aos 6 de agosto de 1866. Eleito presidente do Estado, para o quadriênio 1924-1928, não chegou a completá-lo, pois faleceu a 27 de abril de 1927.

Iniciou seus primeiros estudos na cidade de Amparo, depois no Colégio Internacional de Campinas, concluindo seu curso secundário no Colégio Morton de São Paulo, Matriculou-se na Faculdade de Direito da capital, onde formou-se dois anos antes da Proclamação da República, ou seja, em 1887.

Principiou sua carreira política coincidentemente na mesma Amparo onde aprendeu as primeiras letras, como Intendente, distinguindo-se por sua capacidade administrativa, herdada, em parte, do estadista que fora seu pai, que, muito cedo, ainda ao tempo de Carlos estudante, o fazia participar dos movimentos em prol da Abolição e da República, além de haver também ingressado bastante jovem no Partido Republicano Paulista.

Em 1896, já vamos encontrá-lo como Deputado Estadual, tendo sido Secretário da Justiça do governo de Campos Sales. Foi reeleito Deputado até 1915, ocupou a Vice-Presidência naquela Câmara, chegando à Presidência da mesma, em decorrência do falecimento do titular - Rubião Júnior, Foi também

Senador Estadual, até 1918, quando ocorreu sua eleição para Deputado Federal, tendo sido, nesta Câmara, líder da política paulista durante o Governo Epiácio Pessoa.

Mas cumpre-nos de início salientar que as atividades desse ilustre campineiro não se ativeram apenas à política: foi também jornalista de renome, exercendo suas atividades no "Correio Paulistano" um dos mais antigos jornais paulistas, onde teve ocasião de discutir e elucidar, com objetividade e cultura, problemas de natureza política, administrativa, jurídica e social.

A competência de Carlos de Campos ia além do que já mencionamos; como homem dotado de grande sensibilidade, não pode deixar de distinguir-se como musicista e compositor, chegando mesmo a ser reconhecido como pianista de valor por muitos artistas de sua geração.

Como compositor deixou duas óperas que, com sucesso, foram encenadas no Teatro Municipal de São Paulo - **A Bela Adormecida e Um Caso Singular** - além de vinte peças para canto e piano.

Dentro da complexidade de sua personalidade, pois, fora advogado, orador parlamentar, político, músico e jornalista, sempre agindo com distinção, firmeza de princípios, equilíbrio emocional, prudência e brandura, queremos, nessa breve evocação que dele fazemos destacar apenas sua atuação como Presidente de São Paulo, cargo que ocupou de 1º de maio de 1924 até seu falecimento, advindo em decorrência de uma embolia cerebral, o que ocasionou a interrupção de seu mandato um ano antes de seu término.

Ao final do Governo de Washington Luiz, esse indicou o nome de Carlos de Campos para disputar as eleições pelo tradicional Partido Republicano Paulista, o que provocou grande celeuma dentro da agremiação política, pois, lá havia uma corrente, chefiada por Lacerda Franco, verdadeiro "porta-voz" dos industriais no Partido, já que proprietário de uma fábrica têxtil em Jundiá, comerciante em Santos, diretor do Banco União de São Paulo, além de fundador da Companhia Telefônica e presidente da Companhia Paulista, que abertamente defendia a candidatura do Senador Álvaro de Carvalho.

Não podemos nos esquecer que essa etapa da vida econômico-sócio-política brasileira, continha ainda o ranço do acordo realizado entre as oligarquias do período anterior, o que possibilitou a continuidade de nossa economia voltada mais para os interesses da cafeicultura dos bancos das finanças internacionais, do que para um grande desenvolvimento industrial a curto prazo.

Por outro lado, foram os reflexos da I Guerra Mundial no Brasil que atingiram, particularmente, o campo econômico-socio-cultural, tentando a

renovação para o país, chegando mesmo a subverter o quadro interno brasileiro, alterando seu panorama. Por isso é que na década de 1920, o Brasil assistiria ao declínio das oligarquias, fato entendível até pelas dificuldades de importação, o que veio permitir um certo desenvolvimento industrial, ao lado de acelerar o progresso urbano, além do início de um processo de rebelião política em diferentes estados - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros - contra o domínio do grupo "café-com-leite".

Com isso, estamos dizendo que após o conflito mundial de 1914/18, embora a aliança oligárquica continuasse, uma oposição se-lhe apareceria, tendo à frente novas forças sociais, quais sejam, a camada média da população e o proletariado em ascensão.

Enquanto a camada média da população brasileira teve no Exército o seu porta-voz onde alguns jovens tentaram, pela força mudar o quadro político, devidamente caracterizado pelo "tenentismo", o proletariado, ainda confuso em suas manifestações, promoveria suas primeiras greves, como que anunciando sua existência.

Essencialmente era esse o quadro do que poderíamos chamar de "industrialização brasileira" na década dos anos vinte - dependente do setor agrário-exportador, com baixa capitalização por seu próprio grau incipiente de concentração - conforme podemos notar pelos dados oferecidos pelo recenseamento de 1920, cujos números mais gerais nos indicam a existência, naquele ano, de 13.336 estabelecimentos industriais no país, com um capital de 1.815.156:011\$000, empregando 275.512 operários e com uma produção no valor de 2.989.176:281\$000.

As atividades que predominavam por setor eram as têxteis e as alimentares, sendo significativo observar-se que os ramos básicos da infra-estrutura industrial - siderurgia, mecânica pesada, por exemplo - não representavam contingente apreciável.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, no que concerne ao numero de operários, capital, força motriz, valor da produção, era São Paulo o centro mais importante.

Dessa forma, constatamos que eram as atividades agrícolas ainda as fundamentais em 1920. Todavia, o que não podemos ignorar é a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República, e, muito menos, a hábil construção ideológica efetuada pelos grupos agrários que produziram a imagem dos industriais como elementos parasitários, como os responsáveis pela alta do custo de vida, imagem que, aliás, ficou enraizada nos grupos médios da população daquela época, e que,

como sabemos, teve desdobramento significativo na década dos anos trinta.

Não obstante tais atritos, houve uma complementaridade nos núcleos dominantes do país, ou seja, entre os setores agrários e os industriais, sob a hegemonia da burguesia cafeeira, o que fez com que os industriais dessas áreas dominantes constituíssem, nessa década de vinte, ao mesmo tempo, um setor relevante e subordinado, até porque a burguesia nacional era muito frágil para elevar-se além da defesa de seus próprios interesses.

Em decorrência do que analisamos, é que podemos dizer que a década de 1920 pode ser definida como uma "encruzilhada", pois, lá iniciou-se o processo de liquidação da "belle époque", da crise do liberalismo e da própria democracia, do pânico da expansão comunista e da ascensão do totalitarismo, com a vitória do fascismo, na antevéspera do segundo conflito mundial.

Era pois, essa, em rápidas linhas, a situação do país quando Carlos de Campos foi eleito décimo segundo Presidente do Estado de São Paulo. A serenidade que sempre o caracterizou lhe foi de grande valia para enfrentar a crise surgida dois meses após haver assumido o Governo, quando irrompeu o movimento revolucionário de 5 de julho de 1924, movimento de caráter militar e civil, com repercussão em vários outros Estados. Tal revolução, deflagrada em São Paulo, representou uma luta de protesto contra a falta de liberdade no pronunciamento eleitoral do povo brasileiro (os presidentes da República eram eleitos mediante simples conchavos políticos dos partidos dominantes); contra ainda as perseguições que o Governo Federal movia aos que se opunham à sua orientação política e também contra a manifesta parcialidade da Justiça Federal nos seus julgamentos.

O início real do movimento ocorreu quando o general reformado Isidoro Dias Lopes deu voz de prisão ao general Abílio Augusto Noronha e Silva, comandante da 2ª Região Militar. Conseguindo pronta adesão do 6º Regimento de Infantaria e de uma Companhia do 5º, durante vinte e três dias Isidoro, dominou a cidade, cujas ruas se transformaram em campo de batalha,

Transferindo-se dos Campos Elísios para o prédio da Secretaria da Justiça, Carlos de Campos refugiou-se depois em Guaiaúna, forçado que fora pelo fogo de artilharia iniciado por volta das quinze horas daquele dia 5 pelo Tenente Eduardo Gomes. Seguiu-se o bombardeio da cidade de São Paulo, que ocasionou grande número de mortos e feridos, além dos danos materiais, firmando os revolucionários a ocupação da praça.

Foi organizada a repressão sob o comando do General Eduardo Artur Sócrates; os revoltosos abandonaram a cidade, rumo ao Sul, através de uma composição ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana, que também sofreu os efeitos da ação predatória dos rebeldes, ainda sob a chefia de Isidoro, tendo a secundá-lo Juarez Távora.

Em outubro de 1924 ganharam os revolucionários, que haviam já aberto outras frentes de combate em território do Mato Grosso e Paraná, o apoio de Luís Carlos Prestes, que se rebelara em Alegrete (Rio Grande do Sul): à frente de sua tropa juntou-se aos elementos de São Paulo, compondo a chamada Coluna Prestes, a qual realizou, pelo interior do país, uma verdadeira peregrinação revolucionária até aos primeiros meses do governo Washington Luiz, quando os seus remanescentes internaram-se na Bolívia.

Naqueles tristes dias de grande agitação na capital, Carlos de Campos soube, com muita consciência dos problemas, vencer política e administrativamente a situação, contribuindo para o retorno à normalidade, cumprindo a lei, com serenidade e bravura, contra a subversão que ameaçou São Paulo.

Mas, sua atuação política não parava aí; aliás, sua plataforma de governo é mais do que uma comprovação de seu programa político, onde procurou atender desde os problemas atinentes à cafeicultura, aos voltados à mão-de-obra, meios de comunicação, saúde pública, serviço sanitário, educação, urbanização, para lembrarmos apenas os de maior relevância.

Assim, em matéria da defesa do café, ao lado de concordar com a orientação do governo federal, propunha rápida regularização da oferta e o serviço automático de armazéns, sem ferir os interesses dos compradores, o que viria sedimentar cada vez mais a agricultura paulista.

Nessa linha de preocupação é que também estimulou a produção do algodão, da cana-de-açúcar, da juta, do linho, da videira e de frutas em geral, uma vez que, dessa forma, acreditava viabilizar melhor a expansão da economia e do mercado, ao mesmo tempo que incentivaria a imigração. Com isso almejava Carlos de Campos o aumento numérico das pequenas propriedades, ao lado, claro, do fortalecimento das mesmas, o que significa dizer que conhecia muito bem o meio em que vivia procurando, por isso mesmo, aliar os interesses fundiários às controvérsias do capitalismo em expansão.

No que tange aos meios de transporte do Estado de São Paulo, reconhecendo a importância da rede ferroviária, preocupou-se com a duplicação

das linhas férreas, pois, dessa forma poderia suprir a contento a grande demanda representada pelo trilho, não só para São Paulo como para todo o país<sup>1</sup>.

Seria importante frisarmos como Carlos de Campos teve a convicção da função ferroviária, de quanto a ferrovia marca a fisionomia de uma cidade, além da contribuição à paisagem industrial pelos caminhos que percorre. E, justamente isso nos faz compreender, por exemplo, a concentração industrial em certos bairros de São Paulo, numa época em que os terrenos à margem das linhas ainda eram baratos, além das condições topográficas que facilitaram também o estabelecimento de grandes fábricas no Brás, Ipiranga, Lapa, Moóca, Água Branca... Dessa forma sentia o Presidente: a ferrovia associada ao parque industrial viria a constituir-se na imagem típica das grandes cidades, E, pelo menos até a década de 1940, quando o país adentrou à rodovia, que abriu novas perspectivas desenvolvimentistas, principalmente para a articulação interna, o fundamento econômico que a motivou - o café - tornou-a eficaz; mas, a ausência de um planejamento, a própria itinerância cafeeira, acabou por torná-la anti-econômica, sem função em muitos de seus trechos o que veio determinar sua supressão a 27 de dezembro de 1955.

Com essa mesma argúcia administrativa, não descuidou-se em sua trajetória política, do reequipamento dos serviços de iluminação, de água e de esgotos, do calçamento, da limpeza e embelezamento dos logradouros públicos, pois, queria a cidade apta para servir e atender ao cidadão, o que aliás estava bem dentro de sua filosofia de vida que pode ser resumida no que repetidas vezes disse:

*"sempre entendi que, na carreira pública, e disso ainda não sei como nem porque me arrependo, mais se deve atender ao influxo do coração do que da inteligência, quando não se os possa ter em equilíbrio"*<sup>2</sup>.

Por certo, pelo fato de haver posto em prática o que sentia em sua vida pública, ou seja, o equilíbrio entre a inteligência e o sentimento, é que as medidas por ele tomadas foram apoiadas dentro da legalidade e da justiça o que fez, com que muitos de seus contemporâneos, não o compreendessem, notoriamente no episódio do 5 de julho de 24. Todavia, parece-nos que foram atitudes condizentes com o seu tempo e meio; pelo menos é o que até agora podemos analisar, uma vez que nossas pesquisas em torno desse estadista

(1) **Correio Paulistano**, janeiro 20, 1924, p. 5.

(2) **Correio Paulistano**, cit.

estão em fase inicial no momento, mas, nosso interesse em resgatar a ação desse homem público persiste, a fim de que possamos melhor compreender um período tão controverso quanto este em que viveu o campineiro Carlos de Campos. Bem por isso, é que neste rápido estudo que lhes apresentamos, aliás como sugestão também para que outros estudiosos dele tratem, é que cremos dever principiar tal análise, recolhendo o vasto material de artigos por ele escritos no Correio Paulistano, onde foi também diretor do jornal por vários anos, pois, constituem manancial rico para sentirmos melhor seus propósitos político-sócio-culturais, até porque, sendo o mencionado periódico órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), entende-se as ligações de Carlos de Campos com o jornal, mesmo quando Presidente do Estado.

Finalmente cumpre-nos lembrar que Carlos de Campos foi o responsável pela fundação de uma escola de aviação em São Paulo para a Força Pública, milícia que durante a Primeira República constituía uma especial de exército estadual. Tal escola ficava no Campo de Marte, possuindo também oficinas bem aparelhadas, que chegaram a construir o famoso biplano-escola São Paulo, além de outros aparelhos que, aos poucos, foram ampliando a esquadilha da aviação da Força Pública, extinta com o término da República Velha, sendo todo o material adquirido pelo Governo Federal.

De igual modo, foi durante sua administração, fundada a Guarda Civil de São Paulo que prestou inúmeros serviços a todo o Estado, o que nos revela, uma vez mais, as iniciativas de vulto do seu governo. Bem por isto é que julgamos necessário um estudo de fôlego da ação desse político e de sua época.